

Mercado da América Latina é hipótese OPT prepara estratégia de internacionalização

Há mais de 25 anos no mercado nacional e com uma forte presença no setor da gestão operacional dos transportes coletivos, nomeadamente em empresas como a Carris, STCP ou Rodoviária de Lisboa – através do seu sistema GIST –, a OPT prepara-se para levar a tecnologia portuguesa a outros mercados, nomeadamente o da América Latina.



A OPT – Optimização e Planeamento de Transportes foi uma das empresas pioneiras em Portugal no desenvolvimento de projetos de I&D no âmbito do planeamento operacional de transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público. Atualmente, a empresa portuguesa, criada em 1992, tem identificadas diversas oportunidades de negócio em mercados como o da América Latina, tendo participado muito recentemente no Peru Service Summit 2019, em Lima, um evento promovido pela PROMPERU – Comissão de Promoção do Perú para a Exportação e Turismo – organismo estatal que se encontra sob a alçada do Ministério do Comércio Exterior e Turismo do Perú.

Em declarações à Transportes em Revista, Sandra Lameiras, Chief Sales & Marketing Officer da OPT, referiu que este «é um evento especializado que se converteu numa das principais plataformas de negócios da região da América Latina. A OPT teve oportunidade de reunir com diversas empresas peruanas, mas também chilenas e colombianas, tendo participado no evento os principais players da América Latina na área de software e consultadoria, num universo superior a 300 empresas. Destacamos a ronda de negócios muito bem organizada, numa estratégia de B2B, que se revelou muito promissora para os objetivos que traçamos».

A presença neste evento permitiu à OPT **«concretizar os objetivos que tínhamos fixado para esta participação, nomeadamente a identificação de parceiros estratégicos para alguns países da América Latina e de empresas para fazermos IT outsourcing»**.

Segundo Sandra Lameiras, **«o setor dos transportes públicos na América Latina está a sofrer uma evolução positiva e exigente, dado o crescimento económico de alguns países. As necessidades crescentes de soluções de mobilidade eficazes e sustentáveis são uma das principais exigências por parte dos cidadãos, o que não pode deixar de sensibilizar o poder político para rapidamente as implementar. A OPT tem vindo a estudar este mercado com particular interesse, fazendo este território parte da nossa estratégia de internacionalização»**. A empresa salienta que ainda está numa fase “prospetiva”, mas que nos próximos tempos prevê várias deslocações a alguns mercados da América Latina com o objetivo de selecionar o país através do qual pretende desenvolver a sua atividade. Sandra Lameiras confirma que já estão **«em processo de negociação em alguns destinos»** e que **o grande objetivo desta aposta será sempre «crescer de forma sustentável e diversificar clientes e fornecedores, levando soluções tecnológicas criadas e desenvolvidas em Portugal para o mercado da América Latina»**.

A empresa portuguesa prevê que possa introduzir nestes mercados alguns dos produtos e serviços que estão implementados em vários operadores portugueses: **«numa primeira fase os produtos de informação ao público e os destinados ao transporte a pedido, já que se baseiam em plataformas web e mobile, pelo que a sua implementação se torna mais simples e rápida neste contexto de exportação, podendo ser encarados, se necessário, como prestação de serviços. Estão nesta gama as soluções InfoPub , o Move-Me, InfoBoard e Mobus entre outros. Numa segunda fase, a solução de planeamento operacional GIST. No que concerne ao GIST estamos a desenvolver uma nova plataforma de transportes também em ambiente web”**, com um importante player nacional, para facilitar a exportação para outros mercados internacionais, produto que lançaremos no mercado a médio prazo. Naturalmente que a assessoria em serviços de mobilidade poderá também ser uma possibilidade numa terceira fase».



Novo Regime Jurídico abriu oportunidades para a OPT

A OPT reconhece que a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), veio representar uma profunda alteração do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal. Neste sentido, Sandra Lameiras considera que o novo regime trouxe oportunidades para as empresas que desenvolvem soluções informáticas para os transportes, nomeadamente ao nível da disponibilização de informação ao público: **«a OPT tem sentido um crescimento de solicitações de propostas para esta área, provenientes de áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, câmaras municipais, em suma, das entidades gestoras de transportes, assim como dos operadores de transportes rodoviários privados. Também nas áreas de planeamento operacional sentimos uma procura crescente pelo nosso software – GIST por parte dos operadores que começam a sentir a necessidade de evoluírem para sistemas tecnológicos que lhes permitam uma otimização de recursos, de forma a darem resposta aos concursos públicos internacionais que estão a decorrer ou em fase de lançamento até final deste ano»**. A responsável refere ainda que a publicação da lei que enquadra legalmente os sistemas de transporte flexível também potenciou no mercado a procura de soluções tecnológicas. Para Sandra Lameiras, **«esta clarificação legal permitiu o lançamento com sucesso no mercado este ano, do nosso mais recente projeto de I&D – O MOBUS, que está já em operação na Mafrense, empresa do Grupo Barraqueiro, e que em breve estará a funcionar em duas grandes cidades do norte de Portugal. Estamos com elevadas expetativas de crescimento da nossa penetração no**

mercado nacional também nos próximos anos com as adjudicações que resultarem dos concursos públicos internacionais para as concessões rodoviárias a nível nacional, onde os parâmetros de qualidade de serviço e de disponibilização de informação ao público a que as entidades adjudicantes estarão obrigadas a cumprir criarão novas necessidades sobre as quais estamos preparados para dar resposta».

por Pedro Costa Pereira

Por:

Fonte: